



Marco Antonio Barbosa de Freitas

Tutelas Provisórias
Individuais nos Contratos
de Plano de Saúde

2ª Edição revista e atualizada

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Marco Antonio Barbosa de Freitas

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F866t

Freitas, Marco Antonio Barbosa

Tutelas provisórias individuais nos contratos de plano de saúde / Marco Antonio Barbosa de Freitas. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

192 p. : il., gráficos, tabelas ; 21 cm.

Bibliografia : p. 159-169.

ISBN 978-65-5510-482-0

1. Direito processual. 2. Plano de saúde. 3. Tutela provisória. 4. Direito à saúde. 5. Direitos fundamentais. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio – Examinando um Grande Estudo Jurídico	XI
Apresentação	XV
Nota do Autor à 2ª Edição	XIX
Introdução	1
1 O Direito Fundamental à Saúde	5
2 Contratos de Assistência Privada à Saúde	21
2.1 Breve histórico acerca do surgimento das relações de Direito Privado com o intuito de suplementar a atividade estatal.....	21
2.2 Contextualização da Saúde no Ordenamento Jurídico Pátrio	26
3 A Crise Relacional Causadora da Crescente Judicialização nos Contratos de Assistência Privada à Saúde	51
3.1 O extremismo da década de 80 (Pró-Empresas), cotejado com o extremismo da década da virada do milênio (Pró-Consumidor): A explosão da judicialização potencializada nos anos 10, questionando os limites de cobertura dos Planos de Saúde	51
3.2 Causas.....	54
3.2.1 A universalização do direito à Saúde garantida na Constituição Federal, como distúrbio intelectualivo da interpretação da relação contratual de Direito Privado.....	54
3.2.2 A extremada interpretação da Lei n.º 8.078/90 em prol do consumidor	56
3.2.3 As consequências da intervenção da ANS por meio de suas resoluções	61

3.3 O desvirtuamento da função social do contrato e da boa-fé objetiva.....	64
3.4 Estatística recente no Estado de São Paulo.....	73
3.5 A dupla intervenção estatal fulminando o equilíbrio da relação contratual.....	80
4 As Tutelas Provisórias no Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação nos Contratos de Assistência Privada à Saúde	87
4.1 A ideia das tutelas provisórias e a sua recente consolidação no novo Código de Processo Civil	87
4.2. A relevante distinção entre tutela antecipatória da jurisdição final e a mera tutela cautelar, com previsão de requisitos comuns	89
4.3 As medidas cautelares no novo Código de Processo Civil e o seu atual desafio procedimental	92
4.4 A recente inserção de procedimento típico para a tutela antecipatória e a possibilidade de sua estabilização	96
4.5 A positivação da tutela da evidência.....	100
4.6 A discussão processual sobre a reversibilidade das tutelas provisórias exaurientes em obrigação decorrente dos contratos de planos de saúde	103
4.7 A necessária distinção entre urgência e emergência na área da saúde e o drama do julgador abandonado. Os Núcleos de Apoio Técnico ao Poder Judiciário (NAT-JUS).....	107
4.8 A judicialização estancada nas tutelas provisórias por meio de Súmulas: a pedagogia desperdiçada pelo Poder Judiciário e seu recente e saudável caminhar para o centro	120
Conclusão.....	153
Referências	159